



Programa Operacional NORTE 2030

Quadro de Referência Temático - Sucesso Educativo

13.julho.2021



José Alberto Fateixa
(Estrutura de Missão – Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar)

**POBREZA
EXCLUSÃO
SOCIAL**

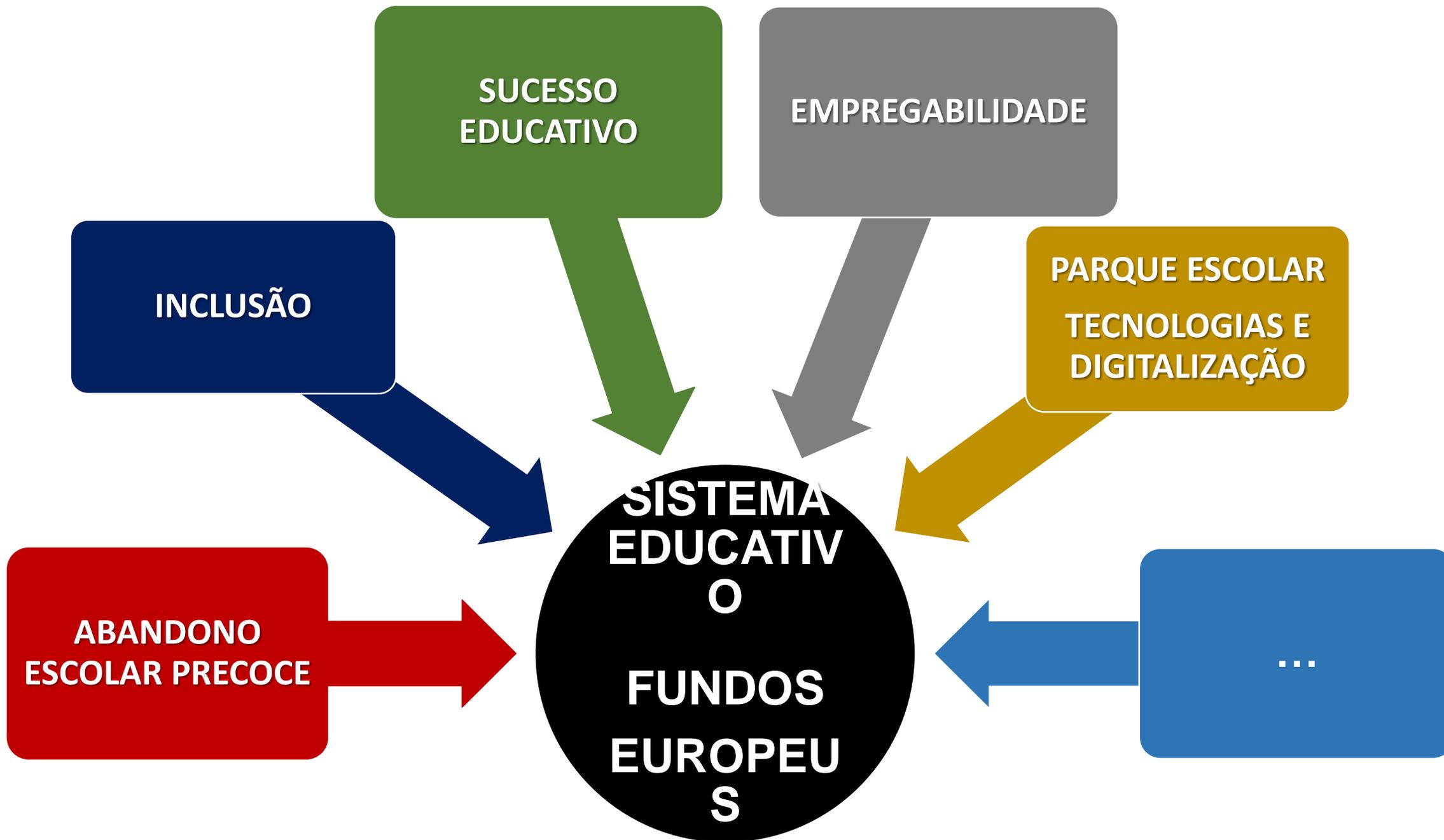
**DESIGUALDADES
TERRITORIAIS
DESIGUALDADES
SOCIAIS**

**EDUCAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO
SOCIAL
ESCOLARIZAÇÃO**

**PREOCUPAÇÕES
FRAGILIDADES**

**DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM
PROBLEMAS DE
SAÚDE**

**PARQUE
ESCOLAR
TECNOLOGIAS**





FUNDOS EUROPEUS

- # FEDER / FC – Obras e Infraestruturas
- # FSE-POCH – Capital humano

PROGRAMAS

- # NACIONAIS
- # REGIONAIS (Pactos Territoriais)

REGULAMENTOS PARA ÁREA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- # MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO
- # ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E MUNICÍPIOS
- # OUTROS

BALANÇO - COMPROMISSOS COM U.E. E MELHORIA DO SERVIÇO EDUCATIVO

2019



PANDEMIA COVID-19

2022



NOVO TEMPO POLÍTICO DE RESPONSABILIDADES PÚBLICAS

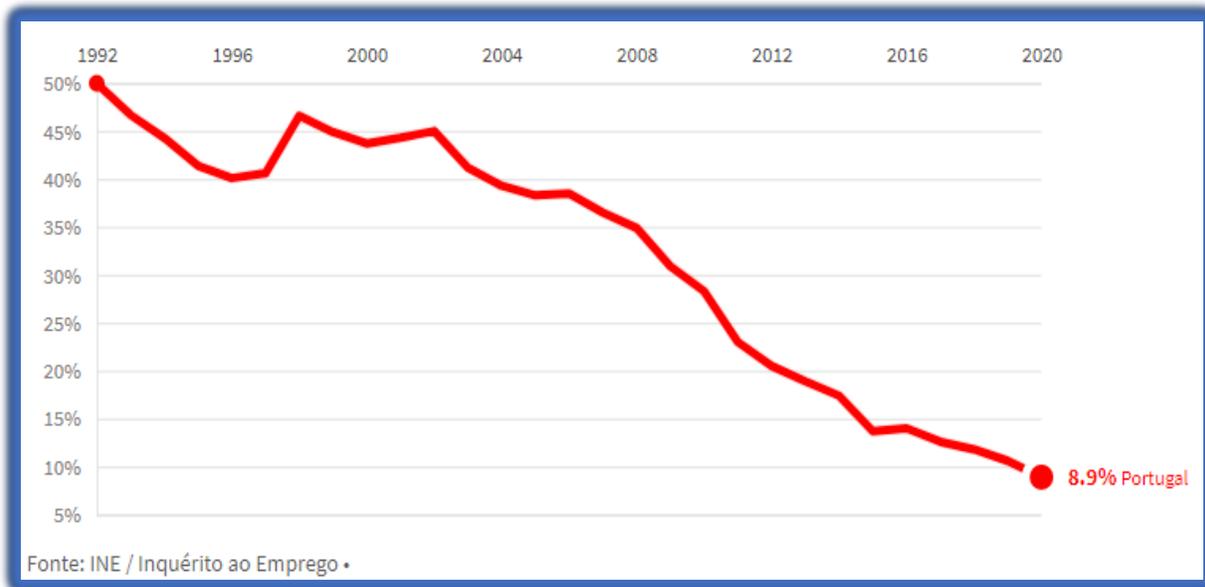
DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS



TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

Compromisso dos países da U.E. reduzir a taxa média de abandono escolar para menos de 10 % até 2020.

Portugal com grande evolução tem convergido com compromisso de referência da U.E. e em 2020 a valor alcançado é de 8,9%



Abandono Escolar Precoce está relacionado com:

- riscos acrescidos de pobreza e de exclusão social
- problemas de saúde
- desemprego ou com situação socioeconómica precária
- associado a pessoas, famílias, grupos sociais e comunidades mais fragilizadas

INTERVENÇÃO

Organização e estratégia escolar

Relações entre professores e alunos

Estratégia territorial comprometida

TAXA DE RETENÇÃO

Portugal tem uma evolução convergente com valores de referência da U.E. na melhoria do sucesso educativo e do desempenho escolar.

Evolução da Taxa de Retenção	2014	2019
Ensino Básico	10,5%	3,8%
Ensino Secundário	18,5%	13,2%
Cursos Profissionais	14,4%	10,3%

Relatório "Aquisição de Serviços de Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens"

DESTAQUE ...

Ensino Profissional, como resposta fundamental no acolhimento de alunos com histórico de retenção, direcionado para alunos de percursos alternativos no ensino básico, que contribui para a redução do abandono escolar precoce.

Risco de fazer quase todo o percurso escolar nas vias escolares profissionalizantes (básico e secundário).

Para o sistema a diminuição da retenção contraria a ineficiência do sistema educativo. A relação entre custo da retenção e funcionamento de via profissional/vocacional deve ser ponderada na decisão da oferta de cursos.

A OPÇÕES TERRITORIALIZADAS E
DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

B REDE DE OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA
REFORÇO DO FINANCIAMENTO À DIVERSIFICAÇÃO

C PARQUE ESCOLAR – PLANEAMENTO,
INTERVENÇÕES E CONETIVIDADE DIGITAL

...



REFLEXÃO

SUGESTÃO

RECOMENDAÇÃO

REFLEXÃO ...

PIICIE - OPÇÕES TERRITORIALIZADAS (I)

Município cuidador de edifícios, transporte de alunos para as escolas, pessoal operacional no pré-escolar e 1º ciclo, apoios pontuais a atividades da escola

PIICIE # Relevante no processo de descentralização;

Estimularam o trabalho articulado no seio dos territórios (AM / CIM /Município, escolas, universidades, entidades e agentes públicos, solidários e privados;

Propiciaram Intervenções alargadas das autarquias nas escolas e no sistema escolar;

Melhoraram o serviço educativo prestado pela escola pública, articulando-se geralmente com o Plano de Ação Estratégica de cada Escola (PNPSE) elaborado **numa lógica de bottom-up**;

Escolas com as medidas do PIICIE:

- reforçaram **recursos para intervenções técnicas multidisciplinares**;
- incentivaram a **inovação pedagógica**;
- contribuíram para **novas dinâmicas de envolvimento da família e da comunidade**;

REFLEXÃO ...

PIICIE - OPÇÕES TERRITORIZADAS (II)

- . **relacionamentos diversos** das regiões plano com entidades intermunicipais e Municípios (Algarve, Centro e as outras);
- . **evidenciam as mais variadas e diversas preocupações, maturidades e prioridades autárquicas com a Educação;**
- . revelaram a importância do **planeamento, da operacionalização e da continuidade da ação convergente para a melhoria das aprendizagens;**
- . **muito positivo a criação de equipas técnicas multidisciplinares municipais/intermunicipais**, modos de funcionamento e consequência nas aprendizagens e ligação à família muito distintos.
- . **muito positivo as dinâmicas inovadoras incentivadas em projetos focados na melhoria das aprendizagens** (ex: literacia, a matemática, a ciência, a arte, ... que tornam mais clara e possibilidade de acentuar as grandes diferenças territoriais;
- . **Assinalada a necessidade de clarificar os domínios de ação das escolas e das autarquias;**

SUGESTÃO:

2022 Descentralização para Municípios e Entidades Intermunicipais

Estimular intervenções territorializadas – Reforço, continuidade, aprofundamento, consolidação, financiamento

Territorialização de políticas educativas, com a criação de uma **visão e ação estratégica integradas para a promoção do sucesso escolar**. Uma ordem educativa territorial fundada em culturas de cooperação localmente comprometidas que edificam políticas educativas próprias de base comunitária/ institucional

Estratégia Pedagógica definida pela da Escola (Bottom-up), diagnóstico, reflexão, formação e ação sobre as prioridades educativas da Escola para a melhoria do serviço educativo prestado;

. **regulamentos que estimulem estratégias da entidades intermunicipais**, provocando uma maturidade municipal e de cooperação entre municípios. Ponderação do caso particular das áreas metropolitanas;

. **Estabilização das equipas técnicas multidisciplinares municipais/intermunicipais**, e incentivo à partilha de experiências;

. **Incentivar a disseminação de dinâmicas inovadoras de projetos focados na melhoria das aprendizagens** (ex: literacia, a matemática, a ciência, a arte, ...)

Novas competências municipais e intermunicipais em áreas como a saúde, ação social, transportes, ... possibilitador de ações convergentes, integradas e complementar;

REFLEXÃO ...

DESCENTRALIZAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS E AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ENQUADRAMENTO LEGAL)

Descentralização para os Municípios:

Educação # transferência de ação social escolar, refeições, alojamento, transportes escolares e **gestão dos recursos educativos e pessoal não docente** (assistente operacional e assistentes técnicos);

promover o **cumprimento da escolaridade obrigatória**;

Ação Social # assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social;

Cartas Sociais Municipais, inclui respostas existentes dos equipamentos sociais e assegurar a articulação e as prioridades definidas a nível nacional e regional;

implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar da componente de apoio à família;

celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção;

Descentralização para as entidades intermunicipais:

Educação, ensino e formação profissional

planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar.

planeamento da oferta educativa de nível supramunicipal de acordo com os critérios definidos pelo governo com competência nos domínios da educação e formação profissional.

A definição de prioridades na oferta de cursos de formação profissional a nível intermunicipal efetua

EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, TRANSPORTES ESCOLARES ...

competências de gestão administrativa, operacional e planeamento;

ação social, inclusão e cuidados de saúde com responsabilidades justapostas nas autarquias. Será uma oportunidade de potenciar políticas convergentes de combate à pobreza e à exclusão social, assim como de formação e capacitação das famílias;

como definir e redefinir opções de política e cumprir compromissos europeus se não se conhecerem em tempo útil a evolução dos indicadores de referência.

SUGESTÃO:

CONCERTAÇÃO, CONVERGÊNCIA E COMPLEMENTARIDADE NA GESTÃO E PLANEAMENTO DAS ÁREAS SOCIAIS

criação e/ou reforço da ação dos órgãos institucionalizados das entidade intermunicipais e município nas áreas da Educação (Conselho Municipal de Educação e Conselho Geral do Agrup. Escolas), na Ação Social e na Saúde de diálogo, convergência de planeamento e gestão administrativa das áreas sociais;

conciliação de calendários escolares e formativos de todas as modalidades de educação e formação.

plataforma única de recolha de dados de educação e formação partilhada com todos os intervenientes no processo educativo e formativo;

SUGESTÃO:

CONCERTAÇÃO, CONVERGÊNCIA E COMPLEMENTARIDADE NA GESTÃO E PLANEAMENTO DAS ÁREAS SOCIAIS

Estratégia Territorial para a Educação e Formação que sustente opções e o acesso aos fundos comunitários.

Documento enquadrador das opções território e que necessariamente inclua as medidas priorizadas pela(s) escola(s) inseridas nesse território;

- **projetos educativos intermunicipais e(ou) municipais articulados com a ação estratégica da Escola(s)**, focados na inclusão, na melhoria da qualidade do sucesso das aprendizagens (competências pré-leitoras e leitoras e diversas áreas do saber (Português, Matemática, Ciências Experimentais, ...));
- **equipas multidisciplinares com ação socio-comportamental** que com os docentes trabalham o aluno e a família.
- **ligação ao mundo do trabalho, ao emprego, à família e à comunidade;**
- **envolvimento de diversas áreas (saúde, ação social, trabalho, cultura, desporto, ...)** e **diversas entidades públicas e privadas** (Universidades/Politécnicos, centros de investigação, empresas, associações,...)

oferta educativa e diversificação de formações profissionais orientada para a empregabilidade, um instrumento operacional no combate ao abandono escolar precoce, à pobreza e à exclusão social;

ESTIMULAR INTERVENÇÕES TERRITORIALIZADAS – (PIICIE II - PLANEAMENTO e GESTÃO DAS ÁREAS SOCIAIS)

Reforço	PIICIE II:
Continuidade	# reforçar e dar continuidade ao financiamento pelo período de vigência do Portugal 2030 para
Aprofundamento	permitir a consolidação da eficiência educativa e sustentável dos compromissos;
Consolidação	# estratégia territorial estruturante que contrarie assimetrias no território envolvido, reforce a
Concertação	coesão social, promova a qualidade das aprendizagens;
Convergência	# medidas de apoio social e de saúde, potenciando as opções e recursos das Escolas, que integre
Complementaridade	respostas técnicas especializadas e inclua necessidades formativas do pessoal;
Gestão	# Recolha de dados e tratamento de indicadores em plataforma que permita a monitorização das
Planeamento	medidas e a admissibilidade de reconfigurações intercalares e de redistribuição de recursos.
Financiamento	PLANEAMENTO E GESTÃO DAS ÁREAS SOCIAIS NOS TERRITÓRIOS
	# financiamento pelo Portugal 2030 da elaboração de documentos de planeamento que
	interliguem as áreas da educação, ação social e saúde estimulando a consolidação da respostas
	sociais no território;

REFLEXÃO ...

REDE DE OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA (I)

desequilíbrios territoriais estão a reduzir a possibilidade a diversidade de ofertas educativas em especial de nível **secundário**. Territórios menos densamente povoados têm naturalmente menos alunos e há uma maior dificuldade de dar resposta aos anseios dos alunos, logo **diminui a diversidade de oferta na via científico-humanística quer na via profissionalizante**.

não é possível ter tudo em todo o lado, mas desejável rentabilização de recursos humanos, físicos e tecnológicos. Há espaço de inovação pedagógica com novas soluções mistas que potenciem quer espaços e materiais quer recursos nas escolas de origem;

representação social negativa das vias profissionalizantes. Ausência de estratégia comunicacional a valorizar o desempenho das escolas, das vias vocacionais e a integração alcançada quer no mercado de trabalho quer na possibilidade de acesso ao ensino superior politécnico;

Foco dos serviços de orientação vocacional no **esclarecimento ativo das diversas ofertas científico-humanísticas e principalmente das profissionalizantes, não só aos alunos mas igualmente às famílias e à comunidade**;

REFLEXÃO ...

REDE DE OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA (II)

- # **elaboração da rede de ofertas educativas** deveria dar uma **ponderação especial aos investimentos criadores de emprego nos territórios**, em curso ou previstos, uma vez que na sua elaboração não há rotinas de envolvimento das entidades intermunicipais , que se limitam a emitir um parecer;
- # **desligamento entre a rede de ofertas educativas do Ministério de Educação e a rede de ofertas formativas do IEFP**, assim como das condições de frequência que podem levar a competições não necessárias e não benéficas para Portugal. A transição entre a escola e a oferta formativa fora da escola em condições muito distintas fragiliza o sistema educativo;
- # **complexidade de acesso a indicadores consistentes sobre o abandono escolar** ou o cumprimento da escolaridade obrigatória quando os jovens frequentam formação fora da escola.
- # **No interior** aumenta significativamente a **complexidade de gestão da rede de transportes escolares**;
- # Na fase do confinamento entrega muito profissional das escolas, com o envolvimento ativo dos docentes, e uma conjugação de vontades e recursos para permitir o melhor ensino à distância, o apoio social e os investimentos em equipamentos. **Reveladas desigualdades significativas na cobertura da rede de internet**, especialmente nas zonas mais rurais e dificuldade de aceder nas zonas urbanas mais povoadas.

REFLEXÃO ...

REDE DE OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA (III)

PNPSE e TEIP, apesar das grandes diferenças de recursos, muito importantes no combate abandono escolar precoce e na diminuição da retenção. O desafio da elaboração do Plano de Ação Estratégica e dos Planos de Melhoria focou as escolas na organização interna, no trabalho de equipa educativa e na monitorização;

sociedade em mudança, localidades alteram-se, **mas escolas TEIP permanecem imutáveis ao longo dos anos**. Os contextos sociais, as dinâmicas económicas e os indicadores sinalizam escolas em dificuldade e outras que recuperam.

ponderação de custos de abandono e retenção versus o investimento leva a concluir que investimentos reforça a eficácia e eficiência do sistema educativo.

PIICIEs permitiram criar e aprofundar convergência entre as escolas e as iniciativas intermunicipais/municipais.

Quando ocorria uma liderança pedagógica da escola e a adesão a projetos específicos (ex: literacia, matemática, ciências) era muito clara a potenciação dos recursos alocados. A disponibilização de Equipas Técnicas Multidisciplinares permitiu iniciar novos processos integradores e reforçar a ligação à família e à comunidade. Contudo as equipas funcionaram com geometrias muito variáveis e existe uma partilha de experiências a desenvolver para melhorar ainda mais as respostas.

SUGESTÃO:

REFORÇO DO FINANCIAMENTO À DIVERSIFICAÇÃO DAS OFERTAS FORMATIVAS (SOBRETUDO PROFISSIONALIZANTES) (I)

Estimular a elaboração de documentos de orientação da ação estratégica dos Municípios e das entidades intermunicipais que ponderem:

- evolução demográfica, mobilidade no território, recursos educativos, modernização e requalificação dos estabelecimentos de ensino;
- convergir as opções para a área da educação com a ação social e a saúde;
- associar a oferta educativa e formativa às necessidades de emprego, aos investimentos económicos e sociais;
- monitorização dos compromissos de melhoria da qualidade das aprendizagens.

Institucionalizar o conselho intermunicipal de educação (autarquias, escolas, ...);

Reorganizar a rede de oferta educativa e formativa do Ensino Secundário por forma a satisfazer as necessidades de formação de todos e de cada um dos alunos, independentemente das profundas assimetrias territoriais , em especial nos territórios com maior depressão demográfica, com escolas muito distanciadas e mobilidades intermunicipais complexas.

Encontrar soluções que possibilitem a inclusão dos que abandonam o sistema ou dos que não se sentem incluídos nos percursos educativos e formativos existentes (ex: escolas de 2ª oportunidade, ...);

SUGESTÃO:

REFORÇO DO FINANCIAMENTO À DIVERSIFICAÇÃO DAS OFERTAS FORMATIVAS (SOBRETUDO PROFISSIONALIZANTES) (II)

Continuidade da oferta formativa diversificada e abertura a modelos inovadores que permitam a Portugal melhorar quer a escolarização da população quer a preparação para desempenhos profissionais;

rede de escolas com valência de referência para áreas específicas (ex: artes, desporto, tecnologias, agrárias) que no âmbito do território possam assumir a área de formação vocacional profissionalizante. Equacionar a possibilidade educativa que permita a frequência da formação geral na escola de origem e especializada na escola de referência. A execução desta nova linha impõe comprometimento de rede de transportes definida pela entidade intermunicipal;

considerando a experiência pandémica de ensino à distância ponderação de novas soluções que no ensino secundário e formativo profissionalizante combinem o ensino presencial com o ensino à distância, permitindo não só o encaminhamento facilitado a mais ofertas formativas mas igualmente a articulação entre escolas e centros formativos;

REFORÇO DO FINANCIAMENTO À DIVERSIFICAÇÃO DAS OFERTAS FORMATIVAS FINANCIAMENTO DA UE NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PORTUGAL 2030

Planeamento

continuar o reforço da rede de ofertas educativas, em especial a profissional, ligando-a à empregabilidade (ME);

Inovação

Modernização

promover a coesão territorial possibilitando a diferenciação das condições de aberturas de cursos nas diversas áreas territoriais, incentivando propostas inovadoras de funcionamento, com o envolvimento comprometido das autarquias (ME – AM/CIM/Municípios);

Monitorização

Financiamento

possibilitar a articulação da oferta educativa com a formativa e a funcionalização de instrumentos de monitorização para o cumprimento dos compromissos de Portugal com a EU (ME – IEF – ANQEP);

continuar o programa TEIP ajustando-o às condições sociais das comunidades;

continuar o PNPSE, para o combate ao abandono escolar, o reforço da melhoria do sucesso escolar, a articulação com as AM/CIM/Municípios (ME – AM/CIM/Municípios)

REFLEXÃO ...

PARQUE ESCOLAR

- # **Mobilização de financiamentos** do governo, das autarquias e de fundos comunitários;
- # **Melhorias muito significativa das escolas** públicas portuguesas (requalificação e modernização);
- # **Investimentos marcantes em equipamentos e recursos pedagógicos**;
- # Carta Educativa Municipal aprovadas;
- # **Acesso à internet**, em espaço rural zonas sem cobertura das redes e nas zonas urbanas, em especial as mais populacionais pontos de acesso limitados.

SUGESTÃO:

PLANEAMENTO E INTERVENÇÕES NO PARQUE ESCOLAR DO TERRITÓRIO E CONETIVIDADE DIGITAL

- # **nova geração da Carta Educativa**, que reavalie o parque escolar, incluindo as questões da conetividade e a capacitação digital, e as opções estratégicas para Educação na área do seu território;
- # **novos desafios podem exigir novas intervenções em escolas com envolvimento autárquico e mobilização de fundos comunitários**. Continuar a modernização de equipamentos e recursos – redes, material informático, pontos de acesso à internet e cobertura de rede (importante a clarificação dos domínios de ação das escolas e das autarquias);
- # **rede de escolas com valência de referência para áreas específicas**, fundamental para a diversificação da oferta educativa e formativa, em especial nas zonas com menor densidade de alunos

PLANEAMENTO E INTERVENÇÕES NO PARQUE ESCOLAR DO TERRITÓRIO E A CONETIVIDADE DIGITAL

Planeamento

Modernização

Conetividade

Digitalização

Financiamento

financiamento pelo Portugal 2030 da elaboração de documentos de planeamento que interliguem as áreas da educação, ação social e saúde estimulando a consolidação da respostas sociais no território;

reforçar e dar continuidade ao financiamento pelo período de vigência do Portugal 2030 a programa de requalificação das infraestruturas e equipamentos;

parte integrante de uma estratégia territorial estruturante que contrarie assimetrias no território envolvido, reforce a coesão social, promova a qualidade das aprendizagens;

medidas de apoio social e de saúde, potenciando as opções e recursos das Escolas, que integre respostas técnicas especializadas e inclua necessidades formativas do pessoal;

residências sociais nos pontos de **rede de escolas com valência de referência para áreas específicas**

Recolha de dados e tratamento de indicadores em plataforma que permita a **monitorização** das medidas e a admissibilidade de **reconfigurações** intercalares e de **redistribuição de recursos**.